

INTRODUÇÃO

O poder, genericamente, é compreendido pela maioria dos estudiosos como a capacidade de impor a sua vontade ao outro, e a violência - física ou psicológica - um dos primeiros e principais atributos a ele associado. No entanto, sob risco de não se compreender os seus principais efeitos, tal conceituação não deve ficar restrita apenas ao interdito: o poder também possui uma face produtiva e produz sobretudo subjetividade, a consciência íntima que o sujeito possui de si mesmo.

A impossibilidade de uma transformação social, no plano coletivo, e uma visão racionalista do sujeito, no plano individual, são os principais efeitos subjetivos que sustentam a dominação de uns homens sobre os outros. A resistência ao poder, tratada aqui como contrapoder, deve problematizar essa visão estática através de uma outra produção subjetiva que se manifesta particularmente no romance *O Manual dos Inquisidores*, pela utilização peculiar da escrita. A análise dos mecanismos dessa escrita, eminentemente polifônica e policrônica, é o objetivo dessa dissertação de mestrado.

Publicado em 1996, o romance *O Manual dos Inquisidores* do escritor português António Lobo Antunes, foi apresentado como um livro sobre o poder em Portugal e apresenta a narrativa da decadência de uma família de orientação patriarcal e agrária. A narrativa desconstrói o discurso do poder não por meio da denúncia pura e simples, mas através das contradições da própria formação ideológica de origem conservadora por meio do contraste das várias vozes – polifonia - e dos vários tempos – policronia - que emergem na narrativa. Cada aspecto desse contraste será acompanhado nos 3 últimos capítulos da dissertação.

No primeiro capítulo, “Da quinta à clínica : o percurso de uma degeneração”, serão analisadas a quinta e a clínica como espaços que apresentam duas formas diferentes de exercício do poder. Na quinta, o poder é exercido através da vigilância e da ameaça da violência praticada por uma personagem que encarna a figura despótica do Pai, o patriarca da família chamado Francisco. O terror exercido sobre aqueles que vivem sob o jugo do patriarca é chamado de tirania doméstica, um poder associado a um outro espaço constante na narrativa: a clínica.

Na clínica, por sua vez, o poder é exercido sobre o corpo debilitado. Francisco, depois de ser acometido por uma trombose será internado numa clínica onde terá negada a sua condição de sujeito, tornando-se objeto dos cuidados das assépticas normas medicinais. O poder sustentado no controle dos processos vitais é chamado biopoder.

Uma vez na clínica, Francisco é acometido por delírios que, dentro da arquitetura do texto, revelam uma série de informações sobre o personagem. O delírio, no caso de Francisco, é tratado como algo normal, pois pode ser considerado uma consequência psicológica do corpo debilitado. Entretanto, a estrutura de sua fala é a mesma estrutura das falas das outras personagens e o estudo dessa semelhança entre elas é o objetivo do segundo capítulo.

Em “Narrar é (im)preciso”, a original estrutura narrativa é interpretada como uma maneira de reproduzir, através da escrita, a subjetividade. O fluxo de consciência não obedece à ordem cronológica do tempo natural, nem a associação de idéias obedece à lógica comumente conhecida. O universo subjetivo é regido pela fantasia e seus instrumentos são a metáfora e a metonímia que condensam as lembranças, criando, assim, a polifonia e a policronia.

A partir da interpretação das fantasias comuns na fala de Francisco, pai, e João, filho, o estudo analisa a implosão do núcleo familiar, a fim de observar que a crise da família patriarcal, explicitada com a Revolução dos Cravos, já representava uma realidade antes do 25 de abril. Com esta constatação, a constituição do sujeito deixa de ser um fenômeno restrito exclusivamente ao universo familiar e passa a ser um produto da sua relação com as diversas instituições sociais, cada qual com uma lógica de subjetivização diferente, tendo em comum o caráter permanente de crise. Tal crise atinge profundamente o sujeito e os vários níveis de indeterminação identificados em seu discurso são reflexos da intensidade da mesma no sujeito.

O terceiro capítulo estuda a ilusão que as personagens têm de serem sujeitos plenamente conscientes, algo radicalmente refutado pela emergência da fala obscena, analisada no capítulo 2. A contradição entre uma subjetividade polifônica na forma e seu conteúdo monológico é consequência de uma concepção subjetiva sustentada pelo narcisismo. As várias manifestações de narcisismo serão analisadas a partir das falas de alguns personagens. Tanto o narcisismo que encara o outro como próximo – como, por

exemplo, a fantasia que a governanta Albertina estabelece com seus patrões -, quanto o que encara o outro como antagonista - os comentários de Sofia e Pedro em relação aos pobres - são encarados como uma manifestação de uma formação ideológica conservadora, que resiste a uma violenta mudança social provocada pela revolta daquele que era considerado o elo mais fraco do sistema colonial português – a África.

O processo de guerra colonial é visto pelo presente estudo, com base na opinião de alguns historiadores, como o verdadeiro destruidor do Estado Novo pois foi esse processo que colocou o exército português diante de uma virtual derrota, impasse que colocou as forças armadas lusitanas contra o salazarismo, abrindo caminho para a Revolução dos Cravos. Do ponto de vista subjetivo, o descentramento provocado pela guerra colonial representa a grande ferida narcísica da sociedade portuguesa, algo negado durante toda a obra, mas que emerge com total violência num episódio narrado no final do livro. A negação da condição pós-colonial pelas personagens, através de uma demonstração de superidentidade, na verdade revela uma incapacidade de viver no contexto contemporâneo, marcado por um hibridismo que obriga a uma constante re-construção da identidade por parte dos sujeitos, tanto individuais quanto coletivos. Num cenário como esse, a alternativa encontrada pelos personagens é a fixação no passado - um progressivo alheamento do presente que vai desde uma ligação doentia ao período salazarista, à construção de heterotopias alienantes até, em seu ápice, à alienação psiquiátrica propriamente dita.

A conclusão procura apontar para as inovações de caráter estilístico presentes na obra, principalmente o uso da polifonia. A emergência dessas múltiplas vozes aponta para as várias contradições do poder, até desvelar o seu caráter irracional. Nesse momento, a escrita consegue tornar-se um exercício de contrapoder, um contrapoder que, no caso d'*O Manual dos Inquisidores* é intensificado quando observamos a violenta ironia do autor ao retratar uma direita literalmente sitiada pelas transformações recentes dentro da sociedade portuguesa.

A obra, nesse ponto de vista, deixa de ser uma distopia, uma utopia negativa, para assumir a forma de um ataque direto aos setores mais conservadores de Portugal. Afinal, se as grandes narrativas falharam, se os anseios da revolução de abril foram frustrados, se até o sujeito não é senhor pleno de si - como comprova a presença da fala obscena - isso é mal. Porém, pior é ficar preso a um passado fracassado e recusar o convite, representado pelo

ultimo capitulo em aberto para a interferência do leitor, para construir o tempo presente através de uma nova visão do passado, livre da distorção salazarista, com uma nova práxis histórica.